

QUAL O PAPEL DO NEOLIBERALISMO NA REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO?

WHAT IS THE ROLE OF NEOLIBERALISM
IN THE NEW HIGH SCHOOL REFORM?

¿CUÁL ES EL PAPEL DEL NEOLIBERALISMO
EN LA REFORMA DE LA NUEVA EDUCACIÓN SECUNDARIA?

Paulo Pereira Castro¹

 0009-0009-3508-1406

ppppcastro2017@gmail.com

Maria Noraneide Rodrigues do Nascimento²

 0000-0002-6389-7770

marienoraneide@ufpi.edu.br

1 Mestrando pelo PPGGEO na Universidade Federal do Piauí – UFPI. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3508-1406>. E-mail: ppppcastro2017@gmail.com.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6389-7770>. E-mail: marienoraneide@ufpi.edu.br.

Artigo recebido em agosto de 2025 e aceito para publicação em novembro de 2025.

RESUMO: O artigo analisa o papel do neoliberalismo na elaboração e aprovação do novo ensino médio no Brasil. Com o uso de pesquisas bibliográficas, foi possível compreender como empresas e ONGs, como instrumentos do neoliberalismo, manipularam as reformas feitas no ensino médio brasileiro, aprovadas em 2017 e colocadas em prática em 2022. A partir de diversos autores, o objetivo principal deste trabalho foi analisar a presença da iniciativa privada, infiltrada na educação e se aproveitando do ensino médio para formar uma possível mão de obra para exploração. Os objetivos específicos foram discutir os motivos do interesse da iniciativa privada na educação e conhecer os agentes dessa iniciativa que influenciaram a reforma. Este estudo buscou contribuir para a crítica ao sistema de reformas no ensino brasileiro, promovidas em 2017, enfatizando-as como um agente manipulador do neoliberalismo diante dos desafios que a educação brasileira enfrenta.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Novo Ensino Médio. Reforma.

ABSTRACT: The article analyzes the role that neoliberalism played in the elaboration and approval of the new high school curriculum in Brazil. Through a bibliographic research methodology, it was possible to understand how companies and NGOs, as instruments of neoliberalism, manipulated the reforms made to the Brazilian high school curriculum, which were approved in 2017 and implemented in 2022. Based on various theorists, the main objective of this work was to analyze the presence of the private sector, which has infiltrated and is taking advantage of high school education to form a potential workforce for exploitation. The specific objectives were to discuss the reasons for the private sector's interest in education and to identify the agents from the private sector who influenced the high school reform. This study sought to contribute to the critique of the Brazilian educational reform system promoted in 2017, emphasizing these reforms as a manipulative agent of neoliberalism in the face of the challenges facing Brazilian education.

Keywords: Neoliberalism. New Secondary Education. Reform.

RESUMEN: El artículo analiza el papel que el neoliberalismo desempeñó en la elaboración y aprobación del nuevo currículo de la educación secundaria en Brasil. A través de una metodología de investigación bibliográfica, fue posible comprender cómo las empresas y las ONG, como instrumentos del neoliberalismo, manipularon las reformas realizadas en el currículo de la educación secundaria brasileña, que fueron aprobadas en 2017 e implementadas en 2022. Basado en varios teóricos, el objetivo principal de este trabajo fue analizar la presencia del sector privado, que se ha infiltrado y está aprovechando la educación secundaria para formar una potencial mano de obra para la explotación. Los objetivos específicos fueron discutir las razones del interés del sector privado en la educación e identificar a los agentes de este sector que influyeron en la reforma de la educación secundaria. Este estudio buscó contribuir a la crítica del sistema de reformas educativas brasileñas promovido en 2017, enfatizando dichas reformas como un agente manipulador del neoliberalismo frente a los desafíos que enfrenta la educación brasileña.

Palabras clave: Neoliberalismo. Nuevo Modelo de Secundaria. Reforma.

A CONJUNTURA DA REFORMA

O presente trabalho tem o objetivo de analisar as possíveis influências do neoliberalismo, junto a reforma do novo ensino médio no Brasil, aprovado com a Lei Nº 13.415/2017. Nesta análise entende-se o neoliberalismo segundo Marrach (1996, p. 42):

O Neoliberalismo é uma forma do governo, por meio de um conjunto de práticas, que busca mobilizar uma ideologia de caráter de direita nas instâncias da sociedade, ocasionando no aumento da desigualdade social.

Ainda segundo Marrach (1996), o neoliberalismo é uma estratégia de governo que utiliza ações específicas para impor uma ideologia de direita, o que, por sua vez, resulta no agravamento da desigualdade social. Em um mundo globalizado, onde as relações socioespaciais de caráter capitalista se integram e se transformam rapidamente, torna-se visível o fortalecimento e a predominância do neoliberalismo em uma variedade de cenários.

Segundo Magnoni Júnior e Palhares (2023) e Faria e Leal (2024), as ideias neoliberais surgiram no início do século XX e se propagaram ao longo das décadas. Nessa mesma conjuntura, e utilizando conceitos mais radicais, Ianni (1998) afirma que a atual formatação do neoliberalismo, que visa solidificar o capitalismo como modelo econômico único, é marcada pela presença de elementos identificados com o nazi-fascismo, incluindo militarismo e nacionalismo radicais, racismo, antisemitismo, pânico moral, regimes totalitários e um discurso violento contra o comunismo e o liberalismo.

É no enfoque do neoliberalismo e da educação que abordamos as ideias de Magnoni Júnior e Palhares (2023) ao afirmarem que os defensores do neoliberalismo trabalham incansavelmente para desmantelar as políticas estatais voltadas à garantia de serviços públicos gratuitos, universais e de qualidade, especialmente nas áreas de saúde, seguridade social e educação. Essa atuação incansável no desmantelamento de políticas de universalização reflete-se, no Brasil, na reforma do ensino médio, afinal, ao reduzir a carga horária das disciplinas obrigatórias e introduzir itinerários formativos com foco técnico e profissionalizante, a reforma fragmenta o conhecimento e adapta o ensino de forma mais direta às demandas imediatas do mercado, contrariando o ideal de uma educação pública ampla, crítica e universal.

A reforma do ensino médio trouxe mudanças significativas para a educação brasileira, sendo assim, uma possível influência da ideologia neoliberal junto à principal referência nacional na educação BNCC (Base Nacional Comum Curricular) poderia trazer um viés político-econômico na forma de se conduzir a educação no Brasil. Ainda dentro da concepção do novo ensino médio, segundo Cássio e Corti (2023, p. 1):

O Novo Ensino Médio (NEM) vem fazendo água com uma rapidez impressionante – um verdadeiro Titanic da educação. Foram inúmeros os alertas de especialistas e entidades educacionais desde 2016, mas foi necessário que o NEM materializasse seus efeitos ruinosos nas escolas públicas do país para que a realidade se impusesse sobre as promessas abstratas de liberdade de escolha e flexibilização curricular da miraculosa reforma educacional que traria a escola secundária brasileira ao século XXI.

A crítica ao novo ensino médio por parte de uma grande parcela de pesquisadores que atuam na área da educação demonstra a importância de se estudar o tema. O objetivo é compreender as possíveis consequências do neoliberalismo como a ideologia “patrocinadora” da educação básica no Brasil.

O trabalho tem como objetivo geral analisar a visão de teóricos sobre a relação entre o neoliberalismo e a educação básica no Brasil. Além disso, busca-se, por meio de revisão bibliográfica, analisar uma possível influência da ideologia neoliberal no dia a dia da educação, após a aprovação da nova BNCC. Outro ponto central é identificar os agentes neoliberais que, possivelmente, estiveram presentes na aprovação da BNCC em 2017.

As diversas críticas ao novo ensino médio refletem uma opinião homogênea de muitos educadores e pesquisadores. Eles afirmam que a educação brasileira se tornou dependente de grandes grupos empresariais, que manipulam leis para obter vantagens para seus próprios negócios ligados à educação. Para Borges (2020):

A BNCC é fundamentada na pedagogia neoliberal, por isso, valoriza as competências. Mas, na verdade o seu real se traduz em “as competências na educação estão relacionadas a realização de uma formação diretamente associada às qualificações exigidas pelo mercado no contexto da acumulação flexível” (Borges, 2020).

Vale destacar que para Munhoz et al (2023), a educação está presa ao mercado apenas para reproduzir mão-de-obra para seu funcionamento, neste caso, produzindo trabalhadores assalariados que ao conseguirem um trabalho abandonam a escola ou a deixam em segundo plano. A educação neoliberal provoca o aumento das desigualdades sociais, segundo Rodrigues (2019, p. 85):

Enfatiza as mudanças que são ocasionadas pela Base Nacional Comum Curricular, esclarecendo que há uma forte tendência no que concerne ao aumento das desigualdades sociais na conjuntura da educação pública brasileira. O autor ainda anuncia que na história da educação brasileira, mais especificamente na ditadura militar (1964-1985), ocorreu uma forte precarização da educação pública, da escola pública e da profissão docente, explicando que “começam a acontecer com mais força e seguindo uma política aberta aos investimentos estrangeiros no Brasil (Rodrigues, 2019, p. 85).

A elaboração da nova BNCC, aprovada em 2017, contou com a participação de audiências públicas no Congresso Nacional. Para Silva (2018), essas audiências, realizadas entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017, foram consideradas urgentes por integrantes do governo. Isso gerou muitas críticas, principalmente devido à baixa participação de professores e profissionais de universidades públicas.

Daí a crítica de Rodrigues (2019), que afirma existirem interesses privados conduzindo, influenciando e deixando profundas marcas na educação brasileira.

A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NÃO É DE HOJE

Magnoni Júnior e Palhares (2023) afirmam que os defensores do neoliberalismo são críticos extremados da intervenção estatal e defendem que a economia deve ser aberta e dirigida pela dinâmica do mercado e da empresa privada.

Seus agentes atuam freneticamente contra as políticas estatais de universalização, igualdade e gratuidade dos serviços públicos, tais como saúde, seguridade social e educação pública de qualidade.

Partindo-se para uma abordagem histórica, é necessário citar Krawczyk (2014) ao enfatizar que:

a atuação da classe empresarial dentro do contexto da educação pública no Brasil teve início ainda na década de 1930, impulsionada pelo sistema nacional de formação profissional, com a necessidade de ampliação de um quadro de trabalhadores qualificados para as indústrias criadas. A atuação desses empresários tem sido na formulação das políticas públicas educacionais que atendam aos interesses privados (Krawczyk, 2014).

Ainda em um resgate histórico, segundo Silva (2023), o que aconteceu no Brasil foi uma preparação para uma oferta para proporcionar os estudos no nível superior para a elite dirigente, enquanto para o restante, somente a formação de mão de obra para trabalhos com baixa complexidade, ainda segundo Silva (2023, p. 3):

É o que se verifica já na Reforma Capanema, na década de 1940, quando a Educação Básica é dividida em duas etapas (primário e secundário), numa conjuntura de restrição democrática e de industrialização da economia, no que observamos que a relação entre Educação Básica e Educação Profissional organiza-se separadamente, sendo o acesso ao conhecimento propedêutico exclusivo às classes dominantes e a classe trabalhadora remetida à profissionalização requerida pelo mercado naquele momento, sob a organização da iniciativa privada (Silva, 2023, p. 3).

A tentativa do domínio empresarial na educação brasileira remonta décadas e esta busca pelo controle segundo Kossak e Vieira (2022), “[...] desde 2012, os empresários defendem no congresso nacional uma reforma do ensino médio”. Observa-se que a relação empresários e congressistas foi muito aquém da economia, mas também na educação, ainda segundo Kossak e Vieira (2022, p. 8):

Os empresários liderados pelo movimento Todos pela Educação (TPE), a Fundação Lemann e o Instituto Ayrton Senna dominaram toda a discussão sobre a reforma. O empresariado conseguiu silenciar os grupos representantes dos educadores brasileiros nas discussões sobre o tema. Isso não significa, todavia, que não houve lutas e disputas (Kossak; Vieira, 2022, p. 8).

No aspecto de grupos empresariais, além dos citados acima, podemos colocar no rol de empresas que “participaram” na elaboração e discussão do novo ensino médio empresas como a B³ Social; Associação Crescer Sempre; Família Kishimoto; Fundação Bradesco; Fundação Grupo Volkswagen; Itaú Social; Fundação Lemann; FLUPP - Fundação Lucia & Palerson Penido; Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; Fundação Maria Emilia; ProFuturo - Um programa da Fundação Telefônica Vivo e Fundação “la caixa”; Fundação Vale; GOL; Ifood; Instituto MRV; Instituto Natura; Instituto Península; Instituto Unibanco; Itaú Educação e Trabalho; Movimento Bem Maior; Milú Villela; Prisma Capital; e Scheffer.

Nesta mesma abordagem, segundo Camargo (2021) cita um fato particular que menciona o empresário Jorge Lemann:

um dos homens mais ricos do país, empresário do setor educacional, de cervejaria e do varejo, logo após a reforma “comprou 51 escolas do grupo Cogna (ex-Kroton) por R\$ 1,5 bilhão. Lemann é um dos mantenedores da escola de negócios Insper e das fundações Estudar e Lemann (Camargo, 2021).

Na concepção de Kossak e Vieira (2022): “[...] o empresariado conseguiu difundir seus ideais atingindo a formação do ser humano, o moldando para o mercado flexível”. Portanto, a possível manipulação da educação pode sugerir que ela esteja a serviço dos empresários. Em outras palavras Kossak e Vieira (2022) demonstra: “[...] que as competências presentes na Base Nacional Comum Curricular a serem desenvolvidas no novo ensino médio, visa a conformação de um novo indivíduo para suprir as demandas do capital”. Neste caso, é possível observar na visão do teórico que existiu um processo de moldagem ou de padronização, indicando que o objetivo da reforma não foi a autonomia do estudante, mas sim a criação de um tipo específico de indivíduo, cujas características são predeterminadas por um sistema.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste trabalho, a pesquisa bibliográfica foi utilizada como principal fonte de informação. Foram consultadas obras de pesquisadores que abordam o tema em artigos científicos, revistas e periódicos, com o objetivo de enriquecer o debate sobre a implantação do novo ensino médio no Brasil e a relação intrínseca entre educação e iniciativa privada.

Neste tipo de pesquisa, Pizzani *et al.* (2012) afirmam que: “A pesquisa bibliográfica é a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica”. Para Boccato (2006, p. 266):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (Boccato, 2006, p. 266).

Uma boa pesquisa bibliográfica é um meio importante para o desenvolvimento de qualquer trabalho científico, seja um estudo, um artigo ou um Trabalho de Conclusão de Curso. Para reforçar a importância da base teórica deste trabalho, Lima e Mioto (2007) explicam que uma pesquisa bibliográfica rigorosa tem o potencial de ir além da simples compilação de dados. Principalmente em áreas de estudo menos desenvolvidas, ela pode proporcionar a formulação de novas hipóteses ou perspectivas, que servirão como base para o desenvolvimento de futuros trabalhos de pesquisa, ou seja, para os autores uma revisão bibliográfica minuciosa e bem-estruturada serve como a fundação de qualquer estudo. Ela permite ao pesquisador não apenas entender o que já foi dito sobre o tema, mas também identificar lacunas, contradições ou áreas inexploradas na literatura existente

DISCUTINDO A RELAÇÃO NEOLIBERALISMO X EDUCAÇÃO

A pesquisa realizada permitiu identificar a opinião de estudiosos que, em seus argumentos, apontam a intromissão da iniciativa privada na educação brasileira. Segundo os autores, o neoliberalismo, disfarçado por meio de algumas organizações, compromete a educação no país ao buscar ganhos financeiros sob a falsa premissa de colaborar e se preocupar com o setor.

A discussão sobre o tema é importante, especialmente por conta da reforma do ensino médio, aprovada em 2017 e implementada em 2022. Além disso, ela possibilita identificar organizações privadas que supostamente promovem a educação, mas que, na visão dos autores pesquisados, buscam apenas oportunidades de lucro.

O neoliberalismo tem moldado a educação no Brasil, transformando o ensino em um simples negócio. O surgimento de escolas com educação a distância é um exemplo de como grandes empresas de ensino buscam maior lucratividade no ramo educacional. Para subsidiar modelos de mudanças no ensino, Moran (2015, p. 16) *apud* Almeida e Valente (2012) afirmam que:

Os métodos tradicionais, que privilegiam a transmissão de informações pelos professores, faziam sentido quando o acesso à informação era difícil. Com a Internet e a divulgação aberta de muitos cursos e materiais, podemos aprender em qualquer lugar, a qualquer hora e com muitas pessoas diferentes. Isso é complexo, necessário e um pouco assustador, porque não temos modelos prévios bem-sucedidos para aprender de forma flexível numa sociedade altamente conectada (Moran, 2015, p. 16).

Ainda para Moran (2015), a mescla entre sala de aula e ambientes virtuais é fundamental para “abrir a escola para o mundo” e “trazer o mundo para dentro da escola”. Essa visão dos ambientes virtuais traz à tona a discussão da educação a distância como uma “nova” forma de ensino, em detrimento dos métodos tradicionais. Moran (2015) enfatiza que, “[...] no modelo disciplinar, precisamos ‘dar menos aulas’ e colocar o conteúdo fundamental na WEB”. É importante destacar que a crítica aqui não é ao ensino a distância em si, mas sim à qualidade desse ensino.

Os pesquisadores analisados na pesquisa bibliográfica abordam, com uma linguagem direta, o quanto o neoliberalismo está envolvido na educação, buscando diminuir o alcance do poder público e formar mão de obra para atender às demandas do mercado produtivo, entre outros motivos.

Um dos maiores críticos ao neoliberalismo, Christian Laval, tem como título de uma de suas obras: “A escola não é uma empresa”, retratando seu ponto de vista sobre a relação entre educação e neoliberalismo. Laval (2004) aponta o envolvimento do neoliberalismo na educação como um fator que contribui para a degradação mundial das condições de vida e trabalho, assim como para a deterioração das instituições educacionais, universitárias e científicas.

Laval (2004, p. 65), com suas ideias, explica como o neoliberalismo atuou no novo ensino médio no Brasil, direcionando-o de forma obscura para a profissionalização:

A profissionalização é um dos embasamentos da nova ordem da escola. Se a tendência é antiga e se apegue à forma das sociedades salariais, o neoliberalismo se apresenta hoje como uma radicalização dessa lógica. O fenômeno mais significativo depende do fato de que todos os níveis e todos os cursos, e não somente seus anos terminais, nem somente os cursos profissionais

e tecnológicos, são atingidos por essa finalização. A profissionalização tomou-se um imaginário que gostaria de reinterpretar todos os atos e todas as medidas pedagógicas em função de um fim único (Laval, 2004, p. 65).

É possível pressupor, em concordância com Laval, que, com o enfoque no ensino técnico e profissional, a universidade é afetada de forma direta pela ideologia neoliberal. Mas as críticas não param por aí: a associação entre a reforma do ensino médio e o neoliberalismo também envolve as privatizações e as parcerias público-privadas. Isso se manifesta, por exemplo, na complementação do ensino por meio de cursos à distância e convênios com instituições privadas de formação técnica e profissional (Zanatta *et al.*, 2019).

Dessa forma, o Novo Ensino Médio, na concepção de Silva (2023), torna-se um “fantoche nas mãos da elite”, que afirma que a análise do histórico do ensino médio no Brasil evidencia a hegemonia do capital sobre a educação nacional. Essa influência é particularmente notável nessa etapa de ensino, manifestando-se claramente na reprodução de interesses privatistas. As considerações de diversos autores, como Laval e Silva, reforçam a tese de que a reforma do ensino médio não é um evento isolado, mas sim um reflexo de interesses mais amplos. As mudanças implementadas parecem estar menos focadas na melhoria da qualidade do ensino público e mais na adequação da educação aos interesses do mercado

QUEM APROVOU O NOVO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO?

A Lei Nº 13.415/2017, que aprovou o novo ensino médio no Brasil, foi resultado de estudos e discussões que se iniciaram por volta de 2012. Embora a aprovação tenha ocorrido no governo Temer, em 2017, sua implementação nas escolas só aconteceu em 2022. Na época, o ministro da Educação, José Mendonça Filho, foi o responsável por promover a reforma em nome do governo.

Pouco se divulga que o ministro que idealizou a reforma, José Mendonça Filho, teve, segundo Zaidan Filho (2016), supostamente o apoio de um grande empresário, proprietário de uma das maiores faculdades do Brasil, para assumir o cargo. Ainda segundo o autor, o empresário também conseguiu emplacar o nome do economista Maurício Romão para a Secretaria de Regulação e Supervisão, do Ministério da Educação e Cultura, órgão responsável pela licença e autorização para o funcionamento de novos cursos. É notório que a indicação de um secretário de regulação no ministério para fiscalizar o negócio de quem o próprio indicou aparenta ser uma contradição de interesses.

Essa situação parece ir contra os princípios de transparência e isenção que deveriam reger tais nomeações, além disso, Zaidan Filho (2016) afirma que: “[...] conheço o deputado pernambucano há vários anos, mas nunca tinha visto nele nenhuma vocação especial para tratar de políticas públicas para a Educação”. Ainda neste contexto:

Não foi à-toa que o ministro interino entrou com uma ação no STF para derrubar as cotas dos estudantes nos cursos superiores públicos e agora se saiu com a ideia extraordinária de autorizar a cobrança de mensalidades nas IESs públicas. Dissipou-se o mistério da indicação do deputado de Belo Jardim: representante de interesses privatistas no Ministério da Educação (Zaidan Filho, 2016).

À luz das concepções discutidas, poderia o novo ensino médio ter sido utilizado pelo neoliberalismo para obter vantagens? Essa é uma questão levantada pelos autores mencionados neste trabalho, cujas opiniões parecem apontar para essa possibilidade.

É importante mencionar que a lei que alterou o novo ensino médio (conhecida como a reforma da reforma), a Lei Nº 14.945/2024 promoveu mudanças significativas na estrutura estabelecida pela Lei Nº 13.415/2017. Nesta “reforma da reforma” teve como relator no congresso nacional das alterações do novo ensino médio, segundo a Agência Câmara de Notícias (2024):

O Congresso Nacional havia aprovado que, a partir de 2027, o Enem cobraria conteúdos dos itinerários formativos (a parte flexível do currículo escolhida pelo estudante), além dos conteúdos da formação geral básica já cobrados.

A proposta, introduzida durante a tramitação na Câmara dos Deputados, foi retirada no Senado, mas reinserida no texto final pelo relator, deputado Mendonça Filho (Migalhas, 2024).

O relator da lei que modificou o novo ensino médio em 2024 foi o deputado federal José Mendonça Filho, o mesmo que trabalhou na aprovação da reforma quando era ministro da Educação no governo Temer, em 2017. Isso pode demonstrar, a possível influência de agentes privados e neoliberais nas leis que regem a educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muitas décadas, a educação básica no Brasil foi manipulada pelos governos para cercear o pensamento crítico dos cidadãos sobre os problemas sociais, econômicos e políticos do país. Atualmente, essa manipulação não vem necessariamente do governo, mas sim da iniciativa privada. É perceptível que as instituições privadas tentam se valer da educação para proveitos próprios, ou seja, para o lucro. Enquanto no passado a intenção dos governos era evitar que a maior parte da população entendesse a realidade do país, hoje a manipulação visa outro objetivo: a exploração da mão de obra.

A pesquisa sugere que grandes empresários no Brasil podem ter “manipulado” uma reforma que, em tese, deveria trazer melhorias e mais inclusão para a educação, aproximando as escolas públicas das privadas. É possível que, em vez de atingir seu propósito original, a reforma do novo ensino médio tenha apenas servido para aprofundar a distância entre as classes sociais e criar uma nova oportunidade de investimento para o neoliberalismo.

Em um cenário em que o novo ensino médio exige dos estudantes habilidades e competências, com novos componentes curriculares como itinerários formativos, projeto de vida e tutoria, parece haver nas entrelinhas uma intenção de preparar os alunos exclusivamente para o mercado. Laval (2004) esclarece bem essa situação ao mencionar que: “O neoliberalismo não se confessa francamente, onde ele se disfarça, geralmente, sob eufemismos, onde ele pede emprestados suas formas e seu léxico a outros domínios ou a outras correntes de pensamento”. Isso mostra como as correntes hegemônicas neoliberais manipulam a educação de forma sorrateira, sem deixar a manipulação transparecer.

Há como fugir dessas manipulações do neoliberalismo? Possivelmente não, nas palavras de Laval (2004): “A lógica do capitalismo global repousando na acumulação do capital tende a se expandir em todas as esferas da existência”. Esse capitalismo global, que conhecemos como globalização, tem transformado a sociedade em um mercado voltado para a obtenção de lucro e para a exploração dos

mais pobres. Dentro desse contexto de mercado, podemos citar o financiamento e a gestão do sistema educacional, o currículo escolar e as práticas pedagógicas com ênfase em avaliações padronizadas e rankings de escolas.

É imprescindível destacar a importância da educação na vida de cada cidadão, pois ela influencia a cultura e as relações sociais. Uma ideologia econômica ou política não pode ser mais importante que a educação. Muitos autores, citados nesta obra, opinaram sobre as manipulações às quais a educação brasileira está submetida, mas essas são apenas palavras, não ações concretas. Com o objetivo de alcançar uma educação democrática e livre de ideologias, espera-se que no futuro próximo surjam atitudes que possam erradicar da educação brasileira o desejo da iniciativa privada de ter a escola, os alunos, os profissionais da área administrativa, os professores e os diretores apenas como peças para obtenção de lucro.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei Nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei Nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 27 jan. 2022.

CAMARGO, Gilson. **A expansão desenfreada do setor mercantilista de educação**. Extraclasse, 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/12/a-expansao-desenfreada-do-setor-mercantilista-de-educacao/>. Acesso em 16 maio 2025.

CÁSSIO, Fernando; CORTI, Ana Paula. O engodo profissionalizante do Novo Ensino Médio. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Edição 194 (01 set. 2023). Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-engodo-profissionalizante-do-novo-ensino-medio>. Acesso em: 06 maio 2025.

FARIA, Clara Chaves Marques; LEAL, Sayonara de Amorim Gonçalves. O Discurso da Adaptação ao “Novo Espírito do Neoliberalismo” na Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 22, p. 1-31, 2024.

IANNI, Octavio. Neoliberalismo e nazi-fascismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.112-120.

KOSSAK, Alex; VIEIRA, Nelma Bernardes. A atuação do empresariado no Novo Ensino Médio. **Trabalho necessário**, V.20, nº 42, 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10 n.

esp., p. 37-45, 2007.

MAGNONI JÚNIOR, Lourenço; PALHARES, José Mauro. Os efeitos das políticas neoliberais e da globalização sobre a educação brasileira: o “Novo” Ensino Médio e a escalada da violência nas escolas de educação básica. **Ciência Geográfica** - Bauru - Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro – 2023.

MARRACH, Sonia Alem. **Neoliberalismo e educação**. São Paulo: Cortez, p. 42-56, 1996. Disponível em: <<http://portal.iadebrasil.com.br/pos/biblioteca/alfabetizacao-letramento/moduloI/pdf/3%20Neoliberalismo%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

MIGALHAS. **Lula sanciona novo ensino médio e veta mudança no Enem**. In: Brasília, ago/2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/412472/lula-sanciona-novo-ensino-medio-e-veta-mudanca-no-enem>. Acesso em: 25 maio 2025.

MORAN, José Manuel. Coleção Mídias Contemporâneas. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania**: aproximações jovens. Vol. II, Carlos Alberto de Souza e Ofélia Elisa Torres Morales (orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.

MUELLER, Rafael Rodrigo. A Base Nacional Comum Curricular e O Novo Ensino Médio: Naturalizando Desigualdades. **Rev. Saberes Pedagógicos**, Criciúma, v. 7, nº1, janeiro/junho 2023. Curso de Pedagogia– UNESC.

NASCIMENTO, Ana Karina de Oliveira. **Neoliberalismo e Língua Inglesa**: um estudo de caso por meio do Pibid. Ilha do Desterro, V. 71, p.39-58, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2018v71n3p39>>. Acesso em: 25 maio 2025.

PIZANNI. Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf. Campinas**, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012.

SILVA, Mônica Ribeiro da. BNCC Da Reforma Do Ensino Médio: O Resgate De Um Empoeirado Discurso. **EDUR - Educação em Revista**. Belo Horizonte. v.34. 2018.

SILVA, Paulo Roberto de Sousa. Nem o novo nem o velho: por um Ensino Médio para além do mercado. XI Jornada Internacional de Políticas Públicas. **Anais[...]** Set/2023. Disponível em: https://www.academia.edu/105197825/NEM_O_NOVO_NEM_O_VELHO_por_um_Escolar_M%C3%A9dio_para_o_mercado_email_work_card=view-paper. Acesso em: 24 maio 2025.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Quem indicou Mendonça Filho para o ministério da Educação?** Site: Esquerda bem-informada. Brasília, 2016. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2016/05/23/quem-indicou-mendonca-filho-para-o-ministerio-da-educacao/> Acesso em: 25 maio 2025.

ZANNATA, Shalimar Calegari.; BRANCO, Emerson Pereira.; BRANCO, Alessandra Batista Godoi.; NEVES, Marcos Cesar Danhoni. Uma análise sobre a reforma do ensino médio e a implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 4, p. 1711.